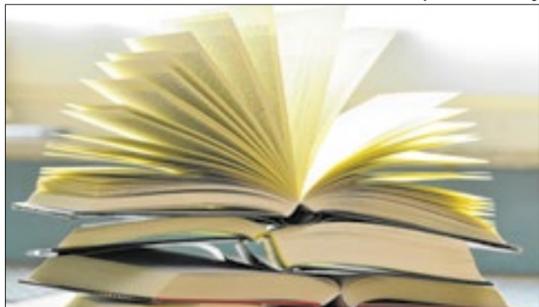


TERESOPOLITANAS

pexels/ Pixabay



Cinco escolas municipais, na cidade participam

Brasil Alfabetizado: Matrículas seguem até o próximo dia 14

As matrículas para o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) foram prorrogadas até o próximo dia 14 de maio. Os interessados podem se inscrever para participar em uma das cinco escolas que disponibilizam o projeto em Teresópolis: E.M. Maçom Lino Oroña Lema (Várzea),

CIEP Prof. Amaury Amaral dos Santos (Fonte Santa), E.M. Profª Neidy Angélica (Vargem Grande), E.M. Cônego José (Andradas) e E.M. Sizenando Adolpho Tayt-Sohn (Mottas). No ato da inscrição deve ser apresentados a Carteira de Identidade e o CPF do aluno.

Inscrições

Podem se inscrever maiores de 15 anos, adultos e idosos que não saibam ler e não estejam matriculados em instituição de ensino regular. As aulas começam no mês de junho de 2025.

Programa I

O PBA, no âmbito do “Pacto Nacional Pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos (EJA)”, tem uma estrutura que inclui articuladores para ofertar ações de formação continuada.

Ciclos

O programa é desenvolvido em ciclos, cujo curso de Alfabetização tem 12 meses não consecutivos de duração com, no mínimo, 600 horas presenciais, podendo ser cumpridas em até 16 meses.

Programa II

A iniciativa tem como base os princípios da alfabetização popular que propõe um processo de educação tomando como referência a cultura dos sujeitos em processo de alfabetização.

MPF obtém condenação por trabalho análogo à escravidão

Vítimas eram obrigadas a exercer uma jornada de 14 a 15 horas por dia

Reprodução

Por Redação

A Justiça Federal condenou dois estabelecimentos ligados à rede alimentícia em Teresópolis, pertencentes ao Mesópoli, por práticas trabalhistas análogas à escravidão. A condenação foi proferida após uma ação penal movida pelo Ministério Público Federal (MPF), que iniciou as investigações depois de denúncias de exploração de trabalhadores submetidos a condições que violam a dignidade humana. Os relatos foram apresentados ao órgão em 13 de novembro de 2014.

Segundo o MPF foram condenados quatro envolvidos no caso, sendo eles gerentes e proprietários. Cada um vai responder pelo crime de redução de alguém à condição análoga à de escravo, como prevê o artigo 149 do Código Penal. Os envolvidos podem cumprir cinco anos de reclusão e multa, devido à gravidade causada nas vítimas. Foram isentos da possibilidade de mudança de pena para privativa de direitos. Os acusados poderão recorrer em liberdade, de acordo com o ministério, e a fixação de valor mínimo para reparação por danos morais coletivos foi remetida ao juízo cível, para análise.

Denúncias

Na Apelação Criminal, apresentada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, é possível afirmar os fatos narrados por trabalhadores dos dois estabelecimentos. “Os denunciados, em comunhão de desígnios e de forma consciente e voluntária, sujeitam os empregados dos restaurantes a condições análogas à de escravos mediante a articulação de uma série de mecanismos de opressão psicológica e subtração de direitos trabalhistas, manejados deliberadamente para assegurar o aprisionamento dos



Vítimas sofriam ameaças, agressões tanto físicas quanto psicológicas, apontou MPF

subalternos aos ditames da relação laborativa, aproveitando-se da falta de opção de renda e moradia das vítimas, recrutadas em bolsões de miséria da Região Nordeste do país”, trecho do documento.

As investigações mostraram que os empregados eram obrigados a trabalhar em jornadas diárias de 14 a 15 horas, sem a devida remuneração, sem horas extras ou adicionais. Além disso, por serem de outro estado não receberam a gratificação durante o primeiro mês, para “ressarcir” os empregadores das despesas adiantadas com passagem e deslocamento da Região Nordeste até o Rio de Janeiro.

Outro apontamento, fala sobre as condições de moradia desses trabalhadores, que foram instalados em locais insalubres, sem estrutura necessária, onde eram amontoados. A alimentação também era precária, sendo todos obrigados a consumir sobras de clientes. Uma das vítimas no processo, descreveu a situação. “Era servida aos empregados sobras do buffet como alimentação, em condições impróprias para o consumo e que

as vítimas sofriam agressões físicas e eram objeto de um sistema de vigília, inclusive fora do horário de trabalho”, trecho do relato que consta no processo.

Conforme o MPF as vítimas sofriam ameaças, agressões tanto físicas quanto psicológicas, intimidações sendo coagidos por objetos que traziam risco à integridade dos indivíduos, como arma de fogo, chicotes, referenciados como “chibatadas”, entre outros que eram arremessados na direção dos trabalhadores. Testemunhas do caso relataram que por muitas vezes os funcionários eram chamados por apelidos depreciativos, como “passa-fome” e “Jumentos”. Para além, eram obrigados a pagar por equipamentos de serviço como botas e uniforme, e ainda “ressarcir” os patrões por danos a móveis, utensílios danificados com preços acima do valor normal, ou seja, os valores cobrados eram superfaturados, facilitando o acúmulo de dívida dos mesmos.

“A denúncia narra, ainda, que os trabalhadores eram descontados pelo empregador em fração bem superior ao que

representa um dia de serviço e eram obrigados a se consultar apenas com o médico da empresa, o que acarretava o comparecimento a trabalho mesmo doentes, haja vista a negativa de concessão de dispensa por mais de um dia”, detalha outro trecho do processo.

Em suma, é evidente que a escravidão que durou mais de 300 anos no Brasil, não acabou em 13 de maio de 1888, como a sociedade pensa, as máscaras do passado continuam bem presentes na atualidade, como mostra o caso mencionado. Claro que os mecanismos e a forma que é feita mudou por conta da contemporaneidade, mas os efeitos são os mesmos, aproveitamento da mão de trabalho barata, o não zelo pela dignidade do trabalhador e o desrespeito com o ser humano.

Posicionamento dos envolvidos

A reportagem entrou em contato com os restaurantes envolvidos, mas até o final desta edição não recebeu um posicionamento sobre os fatos mencionados.

CORREIO SERRANO

Google maps

DENUNCIA

Em Cordeiro a Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos alertou a população sobre o papel fundamental do Disque 100 como uma ferramenta essencial na proteção e garantia dos direitos



Funcionamento diário

dos cidadãos. O canal é um dos principais instrumentos do Governo Federal para o recebimento de denúncias de violações de direitos humanos, funcionando 24 horas por dia, inclusive em feriados e finais de semana.

Violências no radar das autoridades

O Disque 100 é gratuito, sigiloso e acessível a toda a população. Por meio dele, qualquer um pode denunciar situações de abuso, negligência ou discriminação contra crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, população

LGBTQIA+, povos indígenas, comunidades tradicionais e outros grupos em situação de vulnerabilidade. Ao receber a denúncia, o serviço realiza uma triagem, encaminha os casos aos órgãos competentes e monitora o desdobramento.

Solidariedade

A Secretária Municipal de Cordeiro reitera que a denúncia é um ato de cidadania e solidariedade. Muitas vezes, a vítima não consegue ou não tem condições de pedir ajuda, por isso, é fundamental que toda a sociedade esteja atenta e pronta para agir.

Obra II

Um projeto mais amplo de revitalização da área do Córrego do Relógio foi concluído no ano passado. Ele prevê a cobertura do córrego, a construção de uma nova calçada e a instalação de guarda-corpos, com foco na segurança e acessibilidade.

Obras I

A Prefeitura de Nova Friburgo, por meio da Secretaria de Infraestrutura e Obras, iniciou os trabalhos de contenção com a construção de um muro de gabião na Rua Teresópolis, localizada no bairro Vila Amélia. Trata-se de uma intervenção voltada à estabilização da via.

Obras III

A Prefeitura incluiu o projeto em um pacote de intervenções estruturais que será encaminhado ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de viabilizar os recursos necessários. A licitação da obra está prevista para ser conduzida pelo Estado.

Prefeitura de Teresópolis planeja ações para o ‘Maio Amarelo’

Divulgação

Para marcar o Movimento Maio Amarelo, Campanha Nacional de Conscientização para um Trânsito Mais Humano e Seguro, a Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Mobilidade de Teresópolis iniciou, nesta segunda-feira (5), as atividades com um evento na Escola Municipal Albino Teixeira da Rocha, em Providência, no 2º Distrito. Durante o mês será promovida uma série de ações voltadas para a educação e prevenção de acidentes de trânsito em diversas escolas públicas (municipais e estaduais) e privadas, da Educação Infantil ao Ensino Médio, visando engajar a comunidade escolar e a população em geral.

A programação contará com as passeios interativos com alunos de escolas públicas e particulares; palestras educativas e contação de histórias nas unidades de ensino; distribuição de panfletos informativos em espaços públicos, como praças e avenidas; blitz educativa e simulados em Bonsucesso, no interior, e na Praça Olímpica, no Centro.

Programação

■ Expresso Maio Amarelo – Passeio interativo com crianças de escolas públicas e privadas, acompanhado pela Guarda Civil Municipal/Ronda Escolar, com orientações sobre segurança viária. A atividade acontece



Mês de conscientização para um trânsito mais humano

entre os dias 12 e 28 de maio.
 ■ Palestras educativas – Reflexões sobre mobilidade urbana, respeito às normas de trânsito e prevenção de acidentes.
 ■ Contação de histórias e dinâmicas sobre trânsito – Atividades lúdicas para crianças, incentivando boas práticas na circulação urbana.
 ■ Distribuição de panfletos informativos – Divulgação de materiais educativos para reforçar a conscientização.
 ■ Blitz educativas – Fiscalização orientativa, com abordagem de condutores e pedestres.
 ■ Simulado especial “Resgate Total – Emergência no Trânsito” – Grande exercício prático

de atendimento a acidentes de trânsito, reunindo Guarda Civil Municipal (GCM), Polícia Militar (30ª BPM), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Civil, Corpo de Bombeiros (16ª GBM) e SAMU. O simulado será realizado no próximo dia 29, às 9h30, em Bonsucesso, no 3º Distrito, e no dia 30, às 14h30, na Praça Olímpica Luís de Camões, na Várzea.

Maio Amarelo

O Maio Amarelo é um movimento internacional de conscientização para redução de acidentes de trânsito. Tem como objetivo chamar a atenção da população para o alto índice

de mortes e feridos no trânsito no Brasil, e em todo o mundo e, assim, colocar em evidência o tema da segurança no trânsito.

Além de mobilizar toda a nossa sociedade para disseminar conhecimento e trazer ações que garantam essa segurança para o cotidiano, é um movimento que busca envolver órgãos de todas as esferas governamentais, empresas, entidades de classe, associações, academia, federações e sociedade civil organizada.

Criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 11 de maio de 2011, dentro da Década de Ação para Segurança no Trânsito 2011-2020, o movimento utiliza a cor amarela, que simboliza a atenção nos sinais de trânsito, para colocar em pauta a urgência da redução da violência no trânsito.

Para o ano de 2025, o Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV) definiu como tema: “Mobilidade Humana, Responsabilidade Humana”. A mensagem central ressalta que “A verdadeira mobilidade humana se constrói quando todos se sentem seguros e respeitados. Para isso, é fundamental que a responsabilidade individual se torne uma prioridade coletiva. Juntos, podemos transformar nossas cidades e rodovias em espaços mais seguros e inclusivos para todos.”